

Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário

CTN



Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VI – o parcelamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo **não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias** dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.





Moratória

Art. 152. A **moratória** somente pode ser concedida:

I - **em caráter geral**:

- a) pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira;
- b) pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado;

II - **em caráter individual**, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei nas condições do inciso anterior.

Parágrafo único. A lei concessiva de moratória **pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região** do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a **determinada classe ou categoria de sujeitos passivos**.



CTN



Art. 153. **A lei que conceda moratória** em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.



Dolo, fraude ou simulação

Art. 154. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória **somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho** que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único. **A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação** do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.



CTN



Art. Art. 155. **A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício**, sempre que se apure que o **beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições** ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito; no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.



Moratória e o Prazo

- **dilação legal do prazo** para o adimplemento da obrigação tributária com **base em lei** (arts. 152 a 155 do CTN)
- **caráter individual** (art. 152, II): beneficia pessoas que preenchem determinados requisitos reconhecidos por despacho da autoridade administrativa; não gera direito adquirido, podendo ser revogada se não cumpridos os requisitos;
- **caráter geral** (art. 152, I): beneficia a generalidade dos sujeitos, não há necessidade de reconhecimento pela autoridade administrativa.



Parcelamento



Art. 155-A. O **parcelamento** será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

§ 1º Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário **não exclui a incidência de juros e multas.**

§ 2º Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento as disposições desta Lei, relativas à moratória.

§ 3º Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§ 4º A inexistência da lei específica a que se refere o § 3º deste artigo importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica.



Depósito do Montante Integral- art. 151, II, CTN

- “Montante integral”: valor exigido pelo ente tributante e não o valor que o contribuinte entende devido, podendo abarcar não só o valor do tributo, mas juros e multa.
- Súmula 112 STJ: “O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro”.



Art. 151



III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.

